
José Manuel Pureza, Sílvia Roque e Katia Cardoso
(orgs.), *Jovens e trajetórias de violência. Os casos de
Bissau e da Praia*

Rita Santos



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/4877>

DOI: 10.4000/rccs.4877

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 março 2012

Paginação: 200-202

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Rita Santos, « José Manuel Pureza, Sílvia Roque e Katia Cardoso (orgs.), *Jovens e trajetórias de violência. Os casos de Bissau e da Praia* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 96 | 2012, posto online no dia 15 fevereiro 2013, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/4877> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.4877>



Recensões

Roberto Vecchi (2010), *Excepção atlântica. Pensar a literatura da Guerra Colonial*. Prefácio de Margarida Calafate Ribeiro. Porto: Afrontamento, 202 pp.*

Grande estudioso das culturas lusófonas, com particular destaque para a portuguesa e a brasileira, o italiano Roberto Vecchi, professor em várias universidades em Itália e no mundo, e investigador associado do Centro de Estudos Sociais, tem a grande capacidade de iluminar essas culturas sobre que mais atentamente se debruça. O livro que acaba de publicar reúne importantes ensaios sobre um dos temas que o têm ocupado mais nos últimos anos: a especificidade do colonialismo português, o trauma da Guerra Colonial e as muitas formas que a sua literatura tem desocultado para o calar e, no mesmo fôlego, para o dizer. De saudar a Afrontamento por ter ousado publicar um livro de tantos desafios como este, mas de lamentar que não tenha submetido o manuscrito a um rigoroso *copy editing*, a fim de lhe eliminar alguns pontos de menor lucidez expositiva. Bem sei que não é costume as nossas editoras terem leitores especializados que se encarreguem da preparação dos manuscritos para publicação, mas é pena. Consta, por exemplo, que o grande teórico e crítico comparatista de nacionalidade americana, Fredric Jameson (Holberg International Memorial Prize 2008), sempre beneficiou largamente da revisão editorial dos seus *copy editors*. No que diz respeito a este livro de Roberto Vecchi, impunha-se uma revisão cuidadosa de textos escritos originalmente em diferentes línguas, lidos pelo autor em italiano e citados no livro em versão portuguesa de sua autoria.

Uma “Nota Editorial” a fechar o volume explica a origem dos diferentes ensaios e a revisão a que foram sujeitos para inclusão neste livro. Exceptuando o primeiro (“Identificação de uma guerra, identificação dum país. Genealogia das excepções da ‘excepção atlântica’: uma introdução”) e o sétimo (“Desfecho temporário: Excepção vs. excepcionalismo atlântico?”), que “são completamente inéditos” (p. 199), todos os restantes textos foram substancialmente revistos antes de transformados em capítulos deste livro e articulados entre si a partir de um amplo e exigente enquadramento teórico. Detenho-me ligeiramente num deles, o quinto, que eu tinha já lido com muito interesse, anteriormente publicado no número especial da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 68, sobre “As mulheres e a Guerra Colonial”, organizado por António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro (2004). De assinalar imediatamente a alteração do título. Antes intitulado “Incoincidências de autoras: Fragmentos de um discurso não só amoroso da Guerra Colonial”, intitula-se agora “A guerra colonial, a escrita de género, o trágico e o autor póstumo” (p. 123-148). Fiquei desolada quando compreendi que “escrita de género” era a fórmula a que o autor recorria para referir a escrita produzida por mulheres na literatura da nossa Guerra Colonial. Rejeito a famigerada transliteração do inglês “gender” em “género” entre nós (curiosamente, não tanto na Itália) para dizer “mulheres”

* Por vontade da autora este texto não segue o novo Acordo Ortográfico.

ou diferença sexual. Ou mesmo sexo(s) ou inter-sexos. Ou até inter-identidades. Observe-se, no entanto, na versão revista do artigo, além do alargamento temático, o ambicioso enquadramento teórico que acaba fundando todo o livro. A epígrafe retirada da *Antígona* de Sófocles (“Não testemunhará isto quem morreu”) anuncia a reflexão sobre as relações entre a memória e a história, e sobre a impossibilidade do testemunho como sendo justamente o trágico da nossa modernidade de portugueses pós-coloniais, um trágico que se centra na culpa (*hamartia*), e que é a experiência peculiar, por exemplo, da “mulher do alferes miliciano” em *A costa dos murmúrios* de Lídia Jorge (p. 137). A vivência pós-conflito da recuperação da lei não escrita (*nómos ágraphos*) impõe-se ao sujeito da escrita como subversão da lei escrita (*nómos graphos*), que é a lei do poder soberano. E aqui tocámos já num dos conceitos teóricos fundamentais que preside a este livro, e que é o poder soberano e a vida nua de Giorgio Agamben – o estado de excepção, que Agamben repensa na sua influente obra sobre o *homo sacer* a partir de Carl Schmitt.

E que tem a “excepção atlântica” do título deste livro de Roberto Vecchi a ver com esta conceptualização? Como nota Margarida Calafate Ribeiro no seu prefácio, Roberto Vecchi “parte da provocação lançada por Eduardo Lourenço no ensaio *Portugal como destino: dramaturgia cultural portuguesa*, ao definir a situação portuguesa com a expressão ‘insólita excepção portuguesa’” (p. 11). O que não resulta claro no livro, porém, é que a “insólita excepção portuguesa” sobre que se debruça Lourenço é a formação específica de Portugal como nação autónoma nos primórdios de uma Europa multimoda, um país que se constituiu muito cedo como realidade étnico-religiosa e geográfica de nítidos contornos, uma realidade que desde o princípio se concebeu

messiânica, e rapidamente se tornou mito de cristã e imperial vocação. Esta mitologia expansionista consolida-se literariamente, desde os *Lusíadas* de Camões à *Mensagem* de Pessoa (neste último caso, claro que *a contrario*), na expansão e no colonialismo português, e é a partir daí que a “excepção” agambiana de Vecchi tem de entender-se: o estado soberano que fez dos povos colonizados o *homo sacer* da nossa modernidade, esse ser descartável porque de nada valendo, nem sequer como vítima sacrificial.

Talvez a relevância do pensamento de Roberto Vecchi sobre a portuguesa condição colonial e pós-colonial se tornasse mais clara se repensada, para além da concepção do conceito da “imaginação do centro” de Boaventura de Sousa Santos, amplamente referida, à luz das teses deste último pensador em “Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes” (2007). Boaventura de Sousa Santos é, aliás, e bem, tal como Eduardo Lourenço, uma referência fundamental neste livro no que diz respeito às realidades e fantasias do império português e suas trágicas consequências (e remeto aqui para a reformulação benjaminiana do trágico oportunamente desenvolvida por Vecchi em vários pontos deste livro [e.g. p. 23, 108]). Vecchi socorre-se frequentemente do pensamento de Eduardo Lourenço, desde *O labirinto da saudade* (1978) a *Portugal como destino* (1999), bem como do ensaio matricial de Santos, intitulado “Entre Próspero e Caliban” (2001; 2006). Outra referência fundamental para Vecchi é o trabalho pioneiro de Margarida Calafate Ribeiro sobre a literatura do pós-colonialismo português, designadamente em *Uma história de regressos. Império, Guerra Colonial e pós-colonialismo* (2004) e “As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial” (2002); talvez por lapso, *África no feminino. As mulheres portuguesas e a*

Guerra Colonial (2007), da mesma autora, não consta da bibliografia.

Mas o mais original contributo deste livro de Roberto Vecchi e, ao mesmo tempo, o que mais problemas levanta a quem o lê tem a ver com a enorme erudição filosófica do seu autor no âmbito da tradição ocidental, com destaque para filósofos como Nietzsche, Benjamin, Arendt, Foucault, Adorno, Agamben e Cavarero. Vecchi traz assim um enriquecimento conceptual invulgar ao *corpus* literário da sua análise (muitos dos nossos autores mais marcantes do século xx não poderão voltar a ser lidos da mesma maneira), não deixando, ao mesmo tempo, de frustrar muitos dos seus leitores, que não estarão, evidentemente, tão bem informados filosoficamente quanto ele próprio, e que dele esperariam um trabalho mais aturado de articulação e especificação claras dos diferentes conceitos utilizados. É sobretudo através do pensamento dos filósofos citados que Vecchi constrói, em seis densos capítulos, uma complexa lente de leitura da nossa literatura da Guerra Colonial, acabando por concluir, uma vez mais, pela impossibilidade de essa escrita dizer a tragédia de que inocentemente os seus sujeitos se descobrem vítimas e culpados ao mesmo tempo. Somos assim convidados a reler de novos e estimulantes ângulos as obras de, entre outros, Manuel Alegre, António Lobo Antunes, Lídia Jorge, João de Melo, Francisco Assis Pacheco e Wanda Ramos, seja no contexto da fragilidade da testemunha que não tem quem dela dê testemunho (como no poema de Paul Celan citado por Vecchi mais do que uma vez [e.g. p. 39, 72]) ou na própria impossibilidade do testemunho, como em Primo Levi, seja à luz da melancolia freudiana pelo luto que nunca será possível fazer (e talvez fosse produtivo convocar aqui também a Judith

Butler de *Precarious Life* [2004]), seja pela consideração do biopoder de Foucault, seja ainda da perspectiva do “horrorismo” (Cavarero) que subjaz à irrepresentabilidade, à incomunicabilidade e à ausência de cuidado da modernidade pós-colonial. Independentemente de alguma exposição menos clara para quem não conheça tão bem as suas referências, as pistas inovadoras aí estão a estimular os leitores interessados.

Impressionou-me também neste livro o aproveitamento inteligente que Roberto Vecchi faz do romance de José Saramago, *Manual de pintura e caligrafia* (1977), uma obra que se não assume como pós-colonial, mas que é “o relato de uma crise” (p. 97), e em que o nosso Nobel, numa “imagem fundadora do horror dos dois lados”, como muito bem diz Vecchi (p. 24), soube magistralmente fazer reverberar, de forma subtil, a tragédia do império colonial português. E é a propósito dessa imagem, descrita por Vecchi – “um corpo branco reventado por uma mina e um corpo negro queimado com napalm com as orelhas cortadas e guardadas algures em algum frasco de álcool” (p. 24) – que esta leitora recorda a questão levantada pelo autor no seu “Preâmbulo”, a partir de reflexões de Susan Sontag em *Regarding the Pain of Others* (2003). Sontag, falando de fotografia, tem dúvidas acerca do que pode ou não ser representado sem ofender o que se representa. Representar o outro pode bem ser feri-lo irremediavelmente, se não mesmo excluí-lo da comunidade hegemónica reconhecida. Pensar é aqui um imperativo mas, ao contrário do que Vecchi diz, pensar não altera esta situação (p. 11). E este estudo de Roberto Vecchi aí está a confirmá-lo.

Maria Irene Ramalho

José Manuel Pureza; Sílvia Roque e Katia Cardoso (orgs.), *Jovens e trajetórias de violência. Os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra: Coleção CES/Almedina, 304 pp.

Num momento em que acontecimentos recentes como a Primavera Árabe, as manifestações dos Indignados, e os movimentos “Occupy” puseram em destaque as juventudes e as tensões entre economia, direitos e segurança, este livro reveste-se de particular importância.

Em *Jovens e trajetórias de violência*, compêndio de textos organizados por José Manuel Pureza, Sílvia Roque e Katia Cardoso e resultante de um projeto de investigação apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, um conjunto diverso e multidisciplinar de autores das Ciências Sociais debruça-se sobre o “aparente paradoxo da distribuição e intensidade de manifestações de violência coletiva juvenil em dois contextos urbanos: Bissau e Praia” (p. 293). No primeiro caso, um contexto de pós-guerra e palco de tensões políticas frequentes, regista-se, contrariamente ao que seria de esperar, uma presença residual de grupos violentos juvenis, enquanto na Cidade da Praia, capital de um país tido como “modelo” no contexto africano, se assiste ao surgimento e mediatização deste tipo de associativismo.

À revelia da literatura tradicional sobre juventude, segurança e violência no campo das Relações Internacionais, mas também alguma no campo da Sociologia e da Antropologia, onde se tende a normalizar a violência juvenil e a “fixar” o retrato dos jovens enquanto problemáticos (Comaroff e Comaroff, 2000: 92), este livro procura complexificar a análise das relações entre jovens, violência e segurança, atribuindo particular importância à análise dos processos de contenção da violência juvenil. Tomando como ponto de partida as experiências e histórias de vida dos e das jovens de Bissau e da Praia – entre eles,

jovens detidos, consumidores de droga, jovens envolvidos em grupos de *thugs*, estudantes, jovens envolvidos em projetos culturais, associações de jovens, *bancadas*, jovens vítimas diretas de violência –, esta investigação procura traçar um retrato plural e fluído das juventudes nos dois contextos, dando-lhes voz e analisando as suas trajetórias na confluência de violências de ordem física e direta (por exemplo, violência familiar, violência juvenil organizada), mas também estrutural e institucional, nomeadamente desigualdades socioeconómicas, assimetrias de género, exclusão social, impunidade, corrupção e inserção em redes económicas ilícitas.

O livro, dividido em duas partes, uma dedicada à Cidade da Praia, Cabo Verde, e outra a Bissau, Guiné-Bissau, abre com o texto de Katia Cardoso “Thugs e violências: mitos, riscos e omissões”. Neste capítulo, a partir da análise das características dos *thugs* na Cidade da Praia, a autora desconstrói algumas das causas e representações veiculadas frequentemente pelos discursos políticos e populares (nomeadamente pelos média, como analisa Marta Peça) para justificar a violência coletiva juvenil, detendo-se, em especial, no papel dos deportados, um dos rostos mais visíveis do processo de securitização dos jovens em Cabo Verde. Na mesma linha, Redy Lima analisa a emergência e evolução de grupos de jovens associados a atos delinquentes, não necessariamente violentos, na Praia, desde os finais dos anos 80 do século XX. Ao explorar as suas influências exógenas, oriundas sobretudo dos EUA (patentes, de forma evidente, na nomenclatura *thug*), e o respetivo processo de apropriação e adaptação nacional, Lima enfatiza o papel dos *thugs*

na transformação da imagem social dos jovens cabo-verdianos. Lorenzo Bordonaro chama a atenção para as implicações sociais e políticas deste novo protagonismo problemático dos jovens, alertando para a criação de políticas de “Tolerância Zero Crioula”, como refere o autor, que são também elas “produto de um sistema transnacional de governação e de financiamento” (p. 104).

A segunda parte da obra, centrada no estudo de caso de Bissau, é inaugurada pelo capítulo “Por que razões não se ‘mobilizam’ os jovens? Gerindo possibilidades mínimas em Bissau”, de Sílvia Roque, onde se analisam as razões que levam a maioria dos jovens de Bissau a *não* se envolverem em fenómenos de violência coletiva, gangues ou grupos armados quando todas as condições parecem reunidas para tal (desemprego, pobreza, dificuldade de acesso a educação de qualidade, ausência de perspectivas de futuro). Segundo a autora, entre estas razões encontram-se o controlo social, exercido sobretudo de forma intergeracional, a presença de capacidades de resolução não violenta de conflitos e a desesperança em relação ao futuro, este último aspeto particularmente inovador neste tipo de análises.

Ulrich Schiefer, no capítulo que se segue, desenvolve algumas destas explicações, com especial referência aos mecanismos de contenção de violência existentes nas sociedades agrárias da África subsariana, e particularmente da Guiné-Bissau, centrando-se nas repercussões que mudanças sociais podem acarretar, como a desestruturação destas sociedades, nomeadamente em face dos fluxos migratórios para as cidades, para estes sistemas e respetivos potenciais de gestão de violência.

O livro termina com uma análise das várias violências que afetam as jovens guineenses, destacando-se o papel que os jovens do sexo masculino, a par de outros atores,

e em face da desvalorização que são alvo, podem desempenhar na perpetração de violência nas relações com o sexo oposto e com a família. Neste capítulo, Sílvia Roque e Joana Vasconcelos procuram colocar no centro da análise as formas como “os entendimentos da família, dos lugares e das funções de mulheres e jovens na sociedade e, ainda, como os ideais de masculinidade e feminilidade contribuem para formar entendimentos das relações de género e práticas violentas a fim de as justificar ou legitimar” (p. 246). Além de uma análise sobre casamento forçado e violência no namoro, discute-se ainda o papel e os efeitos que juízos sociais moralizantes como o expresso no título do capítulo – “Raparigas de agora é só provocação” – têm nas vidas das jovens, tornando-as alvo de crítica e de disciplinarização por parte de familiares mais velhos e dos jovens.

Esta obra, pela tónica que coloca no estudo e contextualização de mecanismos mais amplos de produção e reprodução da violência e insegurança que afetam os e as jovens, vítimas e autores/as de violência – com destaque para os processos estruturais a nível global de criação e exacerbação de desigualdades – e dos mecanismos de contenção de violência juvenil, contestando a associação problemática entre jovem (geralmente do sexo masculino) e autor de violência e dando espaço para narrativas de jovens “normais”, constitui um contributo significativo para os Estudos para a Paz e para os Estudos Feministas da área das Relações Internacionais. Neste último ponto, cabe destacar o cuidado com que as identidades de género, com especial saliência no estudo de caso de Bissau, são analisadas, por um lado, enquanto produzidas e definidas pelas violências e, por outro lado, enquanto implicadas nas próprias expressões violentas (*i. e.* a violência coletiva juvenil assim como a violência familiar

e no namoro apoiam-se e estão envolvidas na construção de masculinidades e feminilidades hegemónicas e subalternas e vice-versa). Por fim, ao optar por debruçar-se sobre os processos de normalização das violências e não sobre os jovens violentos *per se*, esta obra contribui ainda para contestar a representação recorrente na literatura das Relações

Internacionais das margens do sistema internacional, nomeadamente o continente africano, como a origem de “problemas” globais, tais como o subdesenvolvimento, os conflitos armados ou ainda os chamados Estados “falhados” ou o terrorismo.

Rita Santos